

Agência e marco regulatório para o agronegócio

O relatório sobre as perspectivas agrícolas mundiais para o período de 2005 a 2014, realizado conjuntamente e pela primeira vez entre a OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (com sede em Paris) e pela FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (sediada em Roma), traz informações relevantes para o agribusiness. O trabalho destaca o aumento da produtividade como elemento de um novo ciclo de queda dos preços reais da maior parte dos produtos agrícolas.

Com uma fonte potencial e formidável de oportunidades para serem aproveitadas no mercado internacional, o cenário desenhado é extremamente favorável para o Brasil. É, portanto, uma boa hora para fazer algumas reflexões de como o País deve se preparar do ponto de vista estratégico para ocupar esse espaço na economia global.

A agricultura é uma atividade à mercê de movimentos cíclicos por uma série de fatores conjunturais (produção, demanda, clima, doença, preço etc.) e estruturais (gestão, tecnologia, política econômica e agrícola etc.). Nesse sentido, cabe olhar o crescimento e o desenvolvimento do setor de forma menos traumática, em médio e longo prazo. Avançar de um jeito mais administrável.

Desde 1998, embalado por um conjunto de eventos favoráveis e sucessivos, o agronegócio cresceu muito, principalmente em sua orientação para o mercado externo. Um caminho sem reversibilidade. Os investimentos expandiram a área plantada em quase um terço, enquanto as exportações praticamente dobraram. São resultados exultantes.

Veio 2005, e a crise se instalou em

especial no segmento nacional de grãos. De certo modo, esse contexto já era previsível, diante do grau de endividamento da produção, da ausência de seguro rural e da falta de recursos para garantir renda e liquidez para a comercialização. As taxas de juros e do câmbio também são algozes do processo. Há ainda os subsídios dos países desenvolvidos e o enfraquecimento dos preços internacionais das *commodities* agrícolas.

Nesse contexto, como é natural, vem a pressão das lideranças do campo na esfera política, seja no âmbito do MAPA como no do Congresso Nacional. E, assim, com muito nervosismo e tensão, o plantio da safra 2005/06 prossegue no presente momento. Um ambiente de muitas dúvidas e poucas certezas.

OS ATORES

Como derivação das projeções da FAO e OCDE, é oportuno indagar como o Brasil alcançará o patamar superior a 200 milhões de toneladas de grãos e de 30 milhões de carnes já na próxima década, e buscar respostas sobre como isso sucederá, quem serão os atores e como estarão organizadas as cadeias produtivas.

No agronegócio brasileiro, existem cadeias produtivas articuladas em entidades de significativa representação. É o caso da UNICA - União da Agroindústria Açucareira de São Paulo, com múltiplas ações institucionais na defesa dos interesses da área sucroalcooleira. A entidade possui o sistema Consecana para definir preços da matéria-prima e realiza, por conta própria, uma série de atividades. É outro modelo em relação ao Instituto do Açúcar e do Alcool, orga-

nismo estatal que administrava preços, quotas de produção e exportação, dentre outras funções. Uma estrutura e organização desse tipo já caberiam para as cadeias que representam mais de 50% das exportações do agronegócio, como laranja, café, carnes e couros, madeira etc.

Se os passos se derem nesse sentido, o ônus sobre o governo diminuirá significativamente. As soluções para um conjunto das pendências crescentes viriam dos próprios agentes da cadeia produtiva. A engenharia está na configuração de moldes institucionais, com normas e mecanismos para gerar e administrar recursos com fins específicos, em prol do funcionamento das cadeias produtivas.

Com relação às barreiras não tarifárias, grande parte do trabalho a ser feito na área de sanidade e certificação ganharia eficácia. A participação das despesas em defesa animal e vegetal no faturamento das exportações é pequena, frente à sua importância no desempenho econômico do setor. É uma questão de equacionamento.

AS NEGOCIAÇÕES

As batalhas judiciais na Organização Mundial de Comércio são dispendiosas e longas. O Brasil parece se sair bem no embate do açúcar com a UE, mas uma nuvem cinzenta cerca de incertezas. O caso do algodão com os EUA. Na cadeia da soja, o País ainda não definiu se entra com contencioso ou não. São aspectos delicados de um processo em que recursos privados terão de ser alocados.

Nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como de promoção e marketing dos produtos, para o mercados interno e externo, a conjugação dos papéis dos agentes governamentais e privados, junto com a ótica da cadeia produtiva, se tornam indispensáveis.

Existem pelo menos dois exemplos emblemáticos de gestão moderna, por meio de agências reguladoras. A primeira vem de 1993, por conta da Lei de Modernização dos Portos, e o segundo, com a Lei de Privatização da Rede Ferroviária Federal. Em ambos os casos, depois de um começo claudicante, os resultados começaram a aparecer, com os benefícios oferecidos pelos investimentos e um novo enfoque de gestão.

É crucial uma revisão na Lei Agrícola, de 1991, forjada com a visão estanque e setorial da agricultura, sem contemplar a visão da cadeia produtiva. Naquela época, a exposição externa do agribusiness nacional, em termos de exportação, não era expressiva.

Hoje, as Câmaras Setoriais montadas pelo MAPA constituem uma trilha lúcida e inteligente para atuar no agronegócio. É um modelo de funcionamento diferente do previsto para o Conselho Nacional de Política Agrícola, como reza a legislação corrente.

Insistir em colocar sobre os ombros do MAPA toda a carga da demanda represada nas cadeias produtivas do agronegócio não é o método recomendável para o futuro. Também não se trata de reconstituir autarquias similares às do IAA, IBC e CEPLAC, dentre outras.

Deixar o processo correr na inércia significa duras perdas, principalmente para o elo considerado o mais fraco da cadeia, o da produção, um tomador de preço de seus fornecedores e clientes. O desafio consiste em definir uma metodologia para dar uma garantia mínima de crescimento sustentável para o setor, em termos de preservar sua relação de troca do ponto de vista econômico e financeiro.

A realidade é diversificada entre as cadeias produtivas do agronegócio. Até mesmo o setor sucroalcooleiro padece de problemas face aos elevados custos das políticas para solucioná-los. São os casos da comercialização para a formação de estoques reguladores, bem como das negociações internacionais (especula-se gastos da ordem de US\$5 milhões no contencioso contra a UE).

O estoque das dívidas acumula-

das da Securitização e do PESA, somado à inadimplência da safra 2004/05, são sintomas do esgotamento das políticas convencionais de crédito subsidiado ou de custo compensatório, bem como a de garantia de preços mínimos. A busca por outras fórmulas, como os novos mecanismos de financiamento, faz sentido. Em curto prazo, o custo e a falta de cultura com a inovação são obstáculos para essas operações deslancharem.

Com os pés no chão, o ajustamento de renda e liquidez da agricultura, em especial de grãos, somente estará mais completo a partir da safra 2007/08. Um avanço na liberação dos subsídios pelos países desenvolvidos influenciará a duração do quadro atual e a retomada do ciclo de crescimento. Em que pese às dificuldades, o País está a beira de uma colheita recorde na safra 2005/06. As dificuldades na comercialização poderão recrudescer.

INICIATIVA PRIVADA

As discussões dos marcos regulatórios para o agronegócio devem refletir um papel moderno da iniciativa privada que permeia as cadeias produtivas, em conjunto com o governo, incluindo entre outras:

- Pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e serviços;
- Defesa sanitária animal e vegetal;
- Negociação internacional;
- Cumprimento de normas de produção, meio ambiente e responsabilidade social;
- Promoção e marketing para acesso a mercados;
- Alternativa de fonte e gestão de recursos;
- Multifuncionalidade da agricultura nos aspectos econômico, social, ambiental e de segurança alimentar
- Dirimir conflitos da cadeia com o apoio das câmaras de arbitragens.

Enfim, o clamor do momento é uma das raras oportunidades para trazer à luz da sociedade uma proposta para ser debatida entre os atores da esfera governamental e privada, que convivem dia a dia no mundo do agronegócio. Maximizar o processo de racionalidade e abstrair a ideologia. ■

Previsão ind

A produção brasileira de grãos da safra 2005/2006 deve ficar entre 121,5 e 124,9 milhões de toneladas, segundo o primeiro levantamento da intenção de plantio realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A área plantada ficará entre 46,1 a 47,2 milhões de hectares, o que representa uma redução de 5,7% a 3,4%, em comparação com os 48,8 milhões plantados na safra anterior.

A safra atual pode ter um crescimento de 8 a 11,3 milhões/t em relação à anterior, que foi de 113,5 milhões de toneladas, um aumento que varia entre 7% e 10%. A previsão do bom desempenho desta safra se deve, de acordo com a pesquisa, ao aumento da área plantada do milho e da recuperação da produtividade da soja. A safra anterior foram prejudicadas pela estiagem, especialmente nos estados do Sul do país.

Os números divulgados foram apurados por 59 técnicos da Conab, que foram a campo no período de 17 a 21 de outubro, nos estados do centro-sul, na Bahia, Tocantins e sul do Maranhão e do Piauí. Eles entrevistaram cerca de 2,4 mil produtores, cooperativas e órgãos públicos e privados.



MILHO – A área plantada do milho primeira safra deverá ter um crescimento de 3,8% a 6% em relação à safra 2004/2005. Já a produção deve ser de 31,7 milhões/t e 32,6 milhões/t, um número maior que os 27,3 milhões/t da safra passada, o que equivale a uma variação entre 16,3% e 19,4%.



FEIJÃO – O grão 1ª safra também teve um aumento da área plantada estimulado pelo preço de mercado e deve ficar entre 5,2% e 6,7% maior que a safra anterior. A produção vai variar entre 1,19 milhões/t e 1,22 milhões/t, um aumento entre 8,3% e 11%.



ARROZ – Deve sofrer uma queda na área plantada de 15% a 11,7% devido aos baixos preços no mercado ocorridos na safra 2004/2005. Isto refletirá na produção que terá uma queda entre 12,6% e 9,4%. Mato Grosso é o estado onde deverá